

Recursos para a Saúde

ESTADO DE SÃO PAULO

O ministro da Saúde não é demissionário. A área econômica do governo não liberará as verbas que o dr. Adib Jatene considera necessárias para atender à demanda de saúde. E o presidente da República garante que não assumirá a iniciativa pela recriação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, embora acate a decisão que o Congresso adotar. Em resumo, o ministro Adib Jatene está inaugurando, no Brasil, a prática de disputar diretamente no Congresso, justamente, porque acha insuficientes as dotações previstas no Orçamento da União, verbas adicionais que atendam aos programas de sua pasta. Há países onde isso funciona. Nos Estados Unidos, por exemplo, o jogo é mais ou menos livre, mas a disciplina orçamentária é garantida pela intervenção fi-

nal do Escritório do Orçamento, que funciona ao lado do gabinete presidencial e acaba fazendo com que os ganhos adicionais obtidos por algum ministro no Congresso encontrem a contrapartida no corte de gastos discricionários. Sem essa ação fiscalizadora e normativa, o governo perderia sua organicidade e as taxas de inflação e déficit público flutuariam ao sabor de influências individuais. No Brasil, como não existe um órgão disciplinador do Orçamento com as funções e o poder do Escritório do Orçamento, e o Orçamento da União é todo discricionário, exceto as transferências obrigatórias e as receitas vinculadas, a iniciativa independente de ministros pode levar ao descontrole das contas públicas.

No caso do IPMF, pode-se argumentar que o ministro Jatene bus-

ca a sua criação sob a forma de contribuição, para que possa ser cobrado ainda este ano, e, portanto, tenha destino certo. Contribuição ou tributo, o IPMF transferiria para o governo parte da poupança privada estimada entre US\$ 5 bilhões e US\$ 6 bilhões, onerando indiscriminadamente todas as atividades econômicas. Não se trataria, portanto, de uma contribuição ou tributo neutro. Apenas ainda não foi avaliado o impacto desse saque sobre o conjunto da economia.

A posição do ministro Adib Jatene é compreensível. Sente-se ele no lugar do executivo que precisa encontrar recursos para cumprir

suas metas. Irá buscá-los onde existem. O problema é que o presidente da República, em atitude obviamente estudada para deixá-lo bem com todos, não compromete sua administração com a obtenção de tais recursos e não impede

que o ministro vá à sua procura no Congresso. Em resumo, o presidente social-democrata destinará à Saúde apenas aquilo que está no Orçamento e se sabe mal dar para o começo, mas não

se opõe a que o Congresso crie o IPMF. Já se sabe: tudo o que ultrapassar os caraminguás que o Orçamento destina à Saúde não é problema do governo social-democrata. De quem será?

**O presidente acha
que não é
problema dele
produzir recursos
para a Saúde. De
quem será?**